



**CIDADES PEQUENAS CIRCUNVIZINHAS E A (FALTA) DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL/TERRITORIAL DE FEIRA DE SANTANA**

**SMALL SURROUNDING CITIES AND THE (LACK OF)
SOCIAL/TERRITORIAL RESPONSIBILITY OF FEIRA DE SANTANA**

**CIUDADES PEQUEÑAS CIRCUNVECINAS Y LA (FALTA) DE
RESPONSABILIDAD SOCIAL/TERITORIAL DE FEIRA DE SANTANA**

Janio Santos

Doutor em Geografia

Professor Pleno/DCHF/UEFS; Professor Permanente do PPGeo/UESB

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2

E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Samara Santos

Bolsista FAPESB/UEFS,

Graduanda em Licenciatura em Geografia (UEFS).

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar o papel de Feira de Santana como uma cidade de responsabilidade territorial, face à dinâmica econômica, indicadores sociais e a infraestrutura disponível, a fim de compreender sua capacidade de suprir as demandas sociais dos municípios circunvizinhos. Para isso, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico acerca dos temas: cidades médias, responsabilidade territorial e desenvolvimento urbano-regional. Como também, pesquisa documental em órgãos do Estado da Bahia e de Feira Santana e em bancos de informações online como: IBGE, da SEI e do IPEA e MUNIC/IBGE. E a construção de shapes, através do Qgis, que é um Software, onde foram feitas as articulações entre o que foi coletado nas pesquisas documentais. Por último, foram mapeados serviços de equipamentos existentes (caráter social e cultural, e na área da saúde, educação, cultura e tecnologia). Feira de Santana é uma cidade com papéis regionais muito importantes no estado da Bahia, fazendo assim parte de diversas regionalizações. Seu papel econômico parte da sua capacidade de fortalecer as interações espaciais. Quando tratamos do papel na rede urbana, esse é baseado em conexões em escalas regionais e extra-regionais.

Palavras-Chave: Feira de Santana; Demandas Sociais; Responsabilidade Social; Cidades Pequenas.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the role of Feira de Santana as a city with territorial responsibility, considering its economic dynamics, social indicators, and available infrastructure, in order to understand its ability to meet the social demands of neighboring



municipalities. To achieve this, a bibliographic review was conducted on the topics: medium-sized cities, territorial responsibility, and urban-regional development. Additionally, documentary research was carried out in State organs of Bahia and Feira de Santana, as well as online information databases such as IBGE, SEI, IPEA, and MUNIC/IBGE. Shapes were also constructed using QGIS software, where connections were made between the data collected in the documentary research. Finally, existing service and equipment locations (in the social, cultural, health, education, culture, and technology areas) were mapped. Feira de Santana is a city with important regional roles in the state of Bahia, thus being part of various regionalizations. Its economic role stems from its ability to strengthen spatial interactions. When discussing its role in the urban network, this is based on connections at regional and extra-regional scales.

Keywords: Feira de Santana; Social Demands; Social Responsibility; Small Cities.

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es analizar el papel de Feira de Santana como una ciudad de responsabilidad territorial, frente a la dinámica económica, los indicadores sociales y la infraestructura disponible, con el fin de comprender su capacidad para satisfacer las demandas sociales de los municipios circundantes. Para ello, fue necesario realizar una revisión bibliográfica sobre los temas: ciudades medianas, responsabilidad territorial y desarrollo urbano-regional. También se llevó a cabo una investigación documental en organismos del Estado de Bahía y de Feira de Santana, así como en bancos de información en línea como: IBGE, SEI, IPEA y MUNIC/IBGE. Además, se construyeron mapas, mediante el software Qgis, donde se realizaron las articulaciones entre los datos recopilados en las investigaciones documentales. Finalmente, se mapearon los servicios y equipamientos existentes (de carácter social y cultural, en las áreas de salud, educación, cultura y tecnología). Feira de Santana es una ciudad con roles regionales muy importantes en el estado de Bahía, formando parte de diversas regionalizaciones. Su papel económico se basa en su capacidad para fortalecer las interacciones espaciales. En cuanto a su papel en la red urbana, este se fundamenta en conexiones a escalas regionales y extra-regionales.

Palabras clave: Feira de Santana; Demandas Sociales; Responsabilidad Social; Ciudades Pequeñas.



INTRODUÇÃO

As cidades médias são as que exercem funções de centros regionais em uma determinada rede urbana, com base em seu potencial demográfico, situação, raio de alcance e nível de especialização dos serviços e atividades produtivas. Elas têm a capacidade de se articular com os centros de decisão sem depender necessariamente de cidades de hierarquia superior dentro de sua unidade político-administrativa, como grandes cidades e metrópoles. Além disso, desempenham um papel de liderança em suas regiões imediatas e, na Bahia, interagem pouco com outras cidades médias que possuem características semelhantes e competem entre si (Santos, 2019).

De acordo com Schor (2013), essas cidades possuem uma função na rede que vai além de suas características individuais, sendo importantes não apenas para o município em si, mas também para sua hinterlândia. O desenvolvimento econômico dessas cidades tende a agregar valor à região. Considerando às concepções de Jan Bitoun, é perceptível que algumas cidades médias podem ter um papel social mais importante do que suas funções econômicas, especialmente quando consideramos a extensão do território que elas comandam e as desigualdades sociais, econômicas e territoriais. Partindo disso, o objetivo do presente artigo é analisar se Feira de Santana, com sua dinâmica econômica, indicadores sociais e infraestrutura disponível, atua plenamente como uma cidade de responsabilidade territorial e supre as demandas sociais dos municípios vizinhos.

A metodologia adotada para a realização do presente texto foi baseada em levantamento bibliográfico de autores que estudam sobre cidades médias, responsabilidade territorial e desenvolvimento urbano-regional. Também foi realizada uma pesquisa documental, na qual foi feito um levantamento em órgãos do Estado da Bahia e de Feira Santana e em bancos de informações online, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos e Econômicos e Sociais da



Bahia (SEI), e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de Feira de Santana e no banco do MUNIC/IBGE, acerca dos municípios circunvizinhos. Esses levantamentos serviram para a coleta de dados de equipamentos existentes. Foram construídos alguns shapes dos sistemas urbanos de Feira de Santana e região. A fim de articular os dados coletados durante a pesquisa documental, a elaboração de bases cartográficas foi fundamental para a compreensão da dinâmica da rede urbana, bem como apresentou um panorama econômico/social regional. Todas as bases foram desenvolvidas com o uso do Software Quantum GIS (Qgis), um Sistema de Informação Geográfica (SIG) livre e aberto. Foram mapeados os serviços de equipamentos existentes, sobretudo de caráter social e cultural, e vinculados à saúde, educação, cultura, tecnologia e promoção de igualdade em Feira de Santana.

CIDADE E RESPONSABILIDADE TERRITORIAL

As cidades de responsabilidade territorial surgiram com base nas ideias do professor Jan Bitoun, durante palestras, que deram origem ao Ministério das cidades entre 2005 e 2010, que propunha uma associação direta entre cidades e políticas públicas governamentais, principalmente em áreas com carência de direitos básicos. Essa concepção não é recente e foi influenciada por estudos realizados no Brasil e em outros países.

Diversos autores desde o final da década de 1990 abordam sobre a importância das cidades médias em suas respectivas regiões. Santos (1973), por exemplo, enfatizou a capacidade das cidades regionais de organizar a vida ao seu redor e fornecer funções urbanas para a região imediata. Bravo (1997), destacou a relação entre cidades intermediárias, planejamento urbano e qualidade de vida, defendendo a conformação eficiente do sistema de cidades e a distribuição equilibrada da população e das atividades produtivas. O Programa UIA-CIMES, abordado por Torné (2000), tratou as cidades intermediárias como subitens fundamentais no processo de convivência, governança e melhoria das condições de vida da população. Gaspar (1998) e Sanfeliu (2009) associaram as cidades médias a quimeras – mais tranquilas, melhores, com a



distribuição de equipamentos urbanos, menor contaminação e problemas de trânsito, embora seja necessário compreender criticamente essa relação entre tamanho da cidade e qualidade de vida.

No contexto da adoção do conceito de responsabilidade territorial, pesquisas na Amazônia destacaram a importância de compreender o papel das cidades médias na rede urbana e na elaboração de políticas urbanas específicas (Moraes; Schor, 2008). Segundo Schor e Costa (2010), essas cidades possuem funções além de suas próprias características, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

A ideia de cidade de responsabilidade territorial de Jan Bitoun, retomada por Sposito (2014), põe em questão a importância social das cidades médias em relação às suas funções econômicas. A autora aponta que, em certos casos, essas cidades desempenham papéis sociais mais relevantes em virtude das desigualdades sociais, econômicas e territoriais presentes em seu território. Além dos aspectos econômicos, Schor (2011), destaca a importância das cidades médias para a explicação das relações que existem entre a cidade e a responsabilidade social, por exemplo, em áreas pobres como o Semiárido Brasileiro. O debate sobre cidades de responsabilidade territorial considera a cidade média, nomeadamente, por sua condição social, derivada da Lei de 1938, que é a cidade como condição política e uma especificidade da definição brasileira (Brasil, 1938). Essas cidades, especialmente aquelas localizadas em regiões com singularidades, como o Semiárido Nordeste, suprem a população pobre com serviços e são difusoras de conhecimentos, saberes e práticas. Elas também promovem lutas por direitos, visibilidade, identidade, igualdade e diferença. Brandão (2017) destaca a importância do suporte infraestrutura e da provisão de bens e serviços públicos para a consolidação de uma sociedade de direitos. Ele propõe ações para promover escolhas públicas e coletivas na solução de problemas específicos, impulsionando a criatividade social. Ainda em conformidade com as ideias do autor,, as cidades de responsabilidade territorial visam promover mudanças materiais, sociais, simbólicas e mentais que tenham impacto na vida real da população.

FEIRA DE SANTANA: CIDADE DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL?



Feira de Santana é a segunda cidade mais populosa da Bahia, com uma população atual de 616.279 habitantes (IBGE, 2022), classificada como capital regional B na hierarquia urbana, segundo a Regiões de Influência das Cidades (REGIC), e está localizada no Território de Identidade Portal do Sertão, que inclui outras 16 cidades. A região possui uma área de 5.900,15 km² e população de 943.941,00 habitantes (IBGE, 2018, 2020). Porém, é considerada importante quando se trata de regionalizações por ser sede de outros diversos núcleos regionais. Faz parte de divisões como a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), o Território de Identidade do Portal do Sertão, regiões geográficas do IBGE, a Região Econômica do Paraguaçu, entre outras. As regionalizações estabelecidas têm como objetivo promover um desenvolvimento territorial democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais, visando melhorar a qualidade de vida da população (SEPLAN, 2015)

A partir da metade do século XX, a urbanização no Brasil começou a refletir as forças produtivas do capitalismo, impulsionadas pela industrialização. O sistema impunha avanços para alguns “países subdesenvolvidos”, relacionados à implantação de novas empresas que ocasionaram uma nova definição na relação espaço-tempo e refletiram na produção de meios técnicos articulados com as regiões produtoras. Exemplo: a região do Nordeste, que alterou sua divisão territorial técnica e social do trabalho (Santos, 1993). No caso, especificamente, da região polarizada por Feira de Santana, a implantação de novas empresas e a construção de estradas, como a BR-101, BR-116 e BR-324, enquanto o produto dessa nova dinâmica, alteraram as relações nas áreas urbanas. Isso resultou no surgimento de novos núcleos urbanos estratégicos para o rodoviarismo, e enfraqueceu outros mais consolidados. Essa dinâmica também fortaleceu cidades maiores, como Feira de Santana. Foi criada uma política de articulação do território brasileiro para melhorar a circulação de mercadorias, capital e trabalhadores. Na região polarizada por Feira de Santana, verificou-se mudanças significativas na mobilidade do trabalho, especialmente entre áreas rurais e urbanas, não apenas em direção aos grandes centros urbanos, mas também para a Região



Metropolitana de Salvador (RMS), e para a cidade de Feira de Santana, sobretudo, em meados da década de 1960 (Santos, 2019)

Milhares de camponeses migraram para a Bahia devido à expropriação de suas terras, em função de três processos apontados por Santos (2010): a ausência de políticas que garantisse a permanência no campo, a mecanização/modernização da agricultura e as crises na atividade agrícola. O êxodo rural resultou em possibilidades na expansão de povoados, vilas, e especialmente médias e grandes cidades, pois enquanto locais de comando, criavam condições materiais e subjetivas para a sustentação e reprodução da lógica urbano-industrial vigente. Também reforçou o pseudo-ideal da cidade como “quimera” única da melhoria da qualidade de vida, trazido pela modernidade.

A partir dos anos 1970, com a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, a atividade industrial ganhou uma dinâmica na região. Isso fazia parte da proposta do governo estadual de descentralizar a implantação de unidades industriais fora da RMS, e estimular a criação de distritos vinculados ao setor secundário em outras cidades da Bahia. Segundo Freitas (2009), essa implantação refletiu no discurso da cepalino de superação do “atraso” da América Latina.

Outro fator importante no entendimento da dinâmica da urbanização da região polarizada por Feira de Santana, a partir das décadas de 1969 e 1970, foi a terciarização, ou seja, a predominância do setor de serviços em relação aos demais setores da economia, que fortaleceu ainda mais o terciário na região, principalmente em Feira de Santana. Dentro do ramo das atividades para a economia urbano-regional: a ampliação de esferas setores públicos, sobretudo, saúde, educação, segurança; a cadeia produtiva ligada à construção civil, e a dinâmica estabelecida pelas feiras livres, mesmo em alguns casos, basicamente locais.

O setor primário permaneceu com importância na maioria dos pequenos municípios, com relação ao PIB e ao quadro na ocupação de trabalhadores (Mapa 1 e 2). Enquanto entre 1950 e 1980 houve intenso movimento de migração das áreas rurais para a Região Sudeste e RMS, nas últimas décadas esse fluxo diminuiu.

Atualmente, há movimentos de retorno, muitas vezes sazonais, devido às condições precárias de vida e à crise estrutural do capitalismo. Muitos trabalhadores não



conseguem empregos permanentes e enfrentam a chamada por Moreira e Santos (2018), “plasticidade do trabalho”. Logo, esses indivíduos que conformam suas vidas em ciclos de deslocamentos para lugares diversos, exercem variados tipos de trabalhos e quase sempre precários, com baixa remuneração.

Mapa 1: Percentual do PIB Terciário e da Administração Pública, Região polarizada por Feira de Santana, Bahia, 2019.

Mapa 2: Ocupação no Setor Primário (2010) e PIB Primário (2019), Região polarizada por Feira de Santana, Bahia, 2019.

Nas últimas três décadas, na região polarizada por Feira de Santana, esse fenômeno envolveu deslocamentos permanentes, pendulares e/ou ocasionais de pessoas para a sede, com indivíduos migrando temporariamente de lugares diferentes lugares em busca de melhorias e oportunidades.

O acesso a esses serviços mais especializados de saúde educação, geralmente, por conta das condições se tornam desfavoráveis. Também têm o fato de muitos migrarem do campo em direção às pequenas cidades em busca de acesso à serviços de saúde, educação, familiares e filhos, e ainda há determinadas situações que mantêm as pequenas propriedades rurais; para fugir de condições precárias face ausência de políticas sólidas para a permanência na zona rural; ou pela oferta de residência em programas habitacionais nessas cidades.

O volume de empreendimentos estimulados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principalmente o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), teve impactos significativos em Feira de Santana e nas pequenas cidades ao redor, resultando em expansão urbana e periferização. Em menores áreas urbanas é um fenômeno relativamente recente, quando tratamos de urbanização da Bahia. No entanto, mesmo com esse crescimento urbano, o modo de vida rural não desapareceu completamente.



O crescimento anual da população urbana arrefeceu, sobretudo se manteve positivo em quase todas as cidades, enquanto a população rural permanece em decréscimo. Também é confirmado o aumento da participação da população urbana sobre o total, dentro do critério do IBGE, o que reflete na taxa de urbanização (Mapa 3).

Mapa 3 - Taxa de Urbanização e População Urbana, Região polarizada por Feira de Santana, Bahia, 2010.

Em relação à expansão das áreas urbanas, a maioria das cidades, vilas e povoados cresceu territorialmente entre 2000 e 2016. Isso se deve em parte ao êxodo rural e ao fortalecimento da indústria da construção civil, aliado aos interesses dos incorporadores imobiliários. No entanto, o crescimento urbano em si não leva necessariamente à periferação, que também se intensifica em algumas cidades consideradas mais dinâmicas.

Outra tendência observada no século XXI é a constituição de áreas urbanas mais dispersas, o que torna difícil distinguir onde começa o campo e termina a cidade. Isso ocorre devido à urbanização difusa e à integração de antigos aglomerados rurais às cidades. Autores como Sposito (2009) apontam que esse fato se refere à constituição de uma urbanização difusa que resulta em áreas urbanas mais dispersas. Na região de estudo, nem sempre isso se realiza por interferência direta do setor imobiliário, como regularmente é analisado, pois muitas vezes também está relacionado à integração de antigos aglomerados rurais às cidades. Desse modo, é importante não generalizar tais aspectos para todas as áreas urbanas. Os dados do censo de 2010 e de 2020 apontam que houve redução na população de alguns núcleos, em comparação aos dados de 2000 (IBGE, 2010), conforme Mapa 4

Mapa 4 – Taxa de Crescimento Geométrico Anual da População (%), Região polarizada por Feira de Santana, Bahia, 2000-2010



Essas mudanças na urbanização também afetam as estruturas e relações nas áreas urbanas. A articulação delas na região polarizada por Feira de Santana, como muitas outras regiões do Brasil e do mundo, também se dá por meio de redes que vão além do espaço físico. No entanto, ainda existem relações urbanas que são fortemente baseadas em laços territoriais. Isso resulta em maior densidade em componentes técnicos e alteração práticas da capacidade de circulação entre pessoas, que leva a coexistência entre redes hierárquicas e redes heterárquicas (Catelan, 2013), o que é diferente do que ocorria nos anos 1950. No entanto, isso não anula a existência de novas formas de desigualdades, pois, ainda não há a participação de todos na rede de forma igual; a lógica do sistema estrutural excludente; e a concentração de renda é massiva, o que torna a inclusão precária para muitos segmentos sociais, isso quando ocorre.

Em muitas cidades da região polarizada por Feira de Santana, a expansão urbana resultou em processos de periferização e segregação socioespacial. Isso provocou o aumento das distâncias entre pobres e ricos. Em cidades maiores, como Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Irecê, Senhor do Bonfim, Jacobina, Itaberaba, Cruz das Almas e Serrinha, surgiram novas áreas sofisticadas para atender às demandas da classe média e alta renda. São construídos equipamentos como shopping centers para atender aos interesses comerciais e imobiliários. No entanto, as periferias urbanas estão sendo recompostas e redefinidas, pois as classes de média e alta renda também estão se deslocando para condomínios horizontais e verticais nessas áreas.

Os índices de Gini entre 1991 e 2010 mostram que nem todos se beneficiaram igualmente das melhorias na qualidade de vida em Feira de Santana e sua região de comando. As áreas pobres da periferia apresentam condições precárias de vida, com altos índices de violência, pois é de onde a maioria dos corpos vitimados saem (Mapa 5)

Mapa 5: IDHM e Vulneráveis à pobreza (%), Região polarizada por Feira de Santana, Bahia, 2010

Essas mesmas periferias enfrentam dificuldades com a distância entre os serviços não supridos (os supridos precariamente), em Feira de Santana e região, que



separam quem morre ou não, simplesmente pela incapacidade financeira de deslocar-se a outros centros mais especializados.

Do exposto, nota-se a importância de considerar o papel de Feira de Santana como elo entre os espaços locais e regionais e eventos em escalas maiores. Porém, a concepção de uma rede hierárquica, rígida e estática precisa ser superada. Atualmente, a leitura das relações entre as cidades mostra níveis maiores de complexidade devido à composição dos elementos que estruturam as redes urbanas e à habilidade das pessoas, agentes e corporações de interagir em escalas cada vez maiores e mais distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feira de Santana é uma cidade essencial na dinâmica do estado da Bahia, por conta de seus papéis regionais, assim sendo importante em várias divisões regionais, como a RMFS; o Território de Identidade do Portal do Sertão; a Região Econômica do Paraguaçu; os Núcleos Regionais de Saúde; o Núcleo Territorial de Educação e Núcleo Regional de Educação; o Eixo de Desenvolvimento; REGIC, dentre outras. Nas áreas polarizadas por Feira de Santana, a questão do trabalho é um ponto que requer atenção, sobretudo, quando tratamos de migrações entre o campo e cidade, não somente quando se observa os deslocamentos em grandes centros urbanos. Essas migrações que ocorrem entre a área urbana e a rural, em grande parte, têm sua motivação na ausência de políticas que garantam a permanência da população do campo ou em cidades pequenas, como também a modernização da agricultura. Esses deslocamentos também colaboraram com a expansão de povoados e vilas próximas às cidades médias e grandes que criavam condições melhores para o sustento dos indivíduos.

A ideia de cidade em desenvolvimento e com melhores condições, geralmente, parte da criação de indústrias. Assim, a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em Feira de Santana fez com que a região ganhasse uma nova dinâmica que estimulava a relação entre as cidades próximas. Outro ponto a ressaltar é a dinâmica de urbanização, que estava ligada ao crescimento das atividades vinculadas ao setor terciário e a intensificação da implantação de indústrias, como também ajudou na consolidação do



terceiro. O setor primário continuou importante, porém em maiores níveis nos pequenos municípios.

O fenômeno de migrações, na região polarizada por Feira de Santana, estava relacionado principalmente pelo ideal da busca por melhores oportunidades. Muitos desses deslocamentos eram motivados por estímulos de Programas como o PAC e PMCMV, que tinham grande influência nas pequenas cidades e na dinâmica de periferização de “pobres e de status”, que levou ao crescimento da zona urbana. A busca por melhorias na qualidade de vida estava associada à essa estruturação e vale ressaltar que parte dessa melhoria é relativa às classes médias e altas, fator que colaborou com o agravamento das desigualdades.

Cabe observar que grande parte das cidades polarizadas por Feira de Santana também passa por processos de periferização e segregação socioespacial, em vista das disparidades sociais. Quando tratamos de responsabilidade territorial, é interessante lembrar que as redes geográficas se relacionam às urbanas, por conta das mudanças advindas da modernização do espaço global. Dessa forma, as redes urbanas não são consideradas pela presença de um padrão de relações estáticas, e sim, pela constituição de seus complexos fluxos que evidenciam as dinâmicas espaciais.

Quanto ao papel econômico de Feira de Santana, parte da sua capacidade de fortalecer as interações espaciais entre grupos, redes, e até empresas, que geralmente visam maximizar os lucros, a expansão da área de atuação, e a procura por novos nichos de mercados e concentração de poder. O papel de Feira de Santana na rede urbana foi definido como regional, que de certa forma não desconsidera suas conexões em escalas extra-regionais e faz com que notamos mudanças na concepção do que se entendia como função de uma cidade média. As cidades circunvizinhas de Feira de Santana são organizadas em vários centros sub-regionais e pequenas cidades, que interagem entre si por diversos motivos, e vários interesses, sejam político-administrativos, por empresas; arranjos políticos regionais, estaduais e federais. E que representam a imensidão dos fluxos das redes, através das relações de níveis maiores de responsabilidade territorial como no caso de funções administrativas, como as



realizadas nos Núcleos Regionais de Saúde e Núcleos Territoriais de Educação, dentre outros.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, William Ribeiro da; SPOSITO, M. E. B. (Org.). Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades. São Paulo: Expressão popular, 2017, p. 99-118.

BRASIL. Decreto-Lei de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01 mai. 2022.

BRAVO, M. T. D. de. Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. Revista Geográfica Venezolana, n. 2, vol. 38, p.153-164, 1997

GASPAR, J. et al. Cidades médias. Imagem, cotidiano e novas urbanidades. Lisboa: CEG-Fundação da Universidades de Lisboa, 1998 (Relatório final)

IBGE. SIDRA, Banco de Dados. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso: 10 mar. 2019.

IBGE. Regiões de influência das cidades (REGIC), 2019. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>, acesso: 10 mar. 2023

MORAES, A. de O.; SCHOR, T. Mercados, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na calha do rio Solimões. Mercator, n.º 19, maio/ago, p. 101-115, 2010.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANFELIU, C. B. Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia em los tiempos de la globalización. In: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado. Lleida: Universitat de Lleida, 2009. P. 21-40.

SANTOS, M. La urbanización dependiente em Venezuela. In: SCHTEINGART, M. (Org.) Urbanización y Dependencia em América Latina. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1973, p. 305-320.

SANTOS, J. (Re)pensar a rede de cidades na Bahia: urbanização e interações dos/nos espaços interurbanos. 2019, 177f. Tese (Promoção na Careira para Professor Pleno)-Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, UEFS, Feira de Santana, 2019.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.



SCHOR, T. As cidades invisíveis na Amazônia Brasileira. Mercator, Revista de Geografia da UFC. V. 12, n. 28, mai/ago. 2013, p. 67-84

SCHOR, T.; COSTA, D. P. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões. AM. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. (Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011, p. 129-146.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. (Org.) Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão. Salvador: SEI, 2014. P. 23-35.

TORNÉ, J. M. L. Megalopolis, Metrópolis y Ciudades Intermedias del mundo. Programa UIA-CIMES. Lleida, 2000. Disponível em: <http://www.ceut.udl.cat/wp-content/uploads/D5.pdf>. Acesso: 01 mai. 2022.